

O Museu da Imagem e do Som¹

Paulo Cunha²

A primeira vez que se terá falado publicamente do projecto Museu da Imagem e do Som foi em Dezembro de 1967, na célebre mesa-redonda que encerrou os trabalhos da Semana do Novo Cinema Português. A produção de “um conjunto de documentários do tipo ‘museu da imagem e do som’” foi uma das deliberações saídas dos mais mediáticos estados gerais do cinema português. Paulo Rocha, ligado ao início do Museu da Imagem e do Som enquanto presidente da direcção do Centro Português de Cinema/CPC (1973-74), recorda que a designação escolhida para o projecto – “um título populista grato ao poder revolucionário, e que eu tinha trazido do Rio de Janeiro” (Rocha, 1991, p. 6) – havia-se inspirado num museu audiovisual homónimo daquela cidade brasileira (MIS-RJ) que tinha sido inaugurado em 1965.

António Reis terá sido, senão mesmo “o teorizador do projecto” (Costa, 1985, p. 128), um dos grandes dinamizadores do Museu da Imagem e do Som. A apresentação do projecto *Nordeste* – que se viria a tornar no singular *Trás-os-Montes* (1976) – funcionou como uma espécie de memória descritiva ou esboço da ideia que António Reis sustentava para um futuro Museu:

Na fase actual da Cooperativa [CPC], francamente aberta e inquieta, afigura-se-nos que, por muitas razões, haveria que dedicar pequenas verbas e grande atenção a documentários da natureza que o título sugere [Nordeste].

Não são apenas certas espécies naturais que se extinguem ou massacram – e não há só espécies naturais...

Claro que, entretanto, os ‘nossos’ etnógrafos não dormiram... Mas dormem os milhares e milhares de fichas e fotografias nos arquivos de metal, enquanto as paredes de xisto tombam sem ruído, os telhados de colmo apodrecem – e os homens partem. Passa-se a bibliografia especializada e comunicações de Congresso um estilo de vida, já tão erodido como as terras. No ano 2000 (dizem), saber-se-á como os transmoutanos... ou no ano 3000, etc. Assim nos sensibilizam os insectos fossilizados no âmbar do Báltico.

Irá mais longe o cinema do que os ficheiros? Será a sua película outro âmbar?

¹ In: *Catálogo Filminho 2009 - Festa do Cinema Galego e Português*. VN Cerveira/Tomiño, 2009: 80-85.

² Membro do Centro de Estudos Interdisciplinares do séc. XX da Universidade de Coimbra – CEIS20. Responsável pelo blogue Novo Cinema Português (<http://ncinport.wordpress.com/>).

O cinema circula e tem implicações globais. Não inventaria. Os eventuais conhecimentos científicos do cineasta são absorvidos pela estética e pela comunicação.

[...]

Mas o desafio para documentários de conteúdo bem complexo está lançado e há que aceitá-lo ou não. Nós, aceitámo-lo, sem paixão regionalista (nem somos do Nordeste) ou populismos fáceis. O que serão esses documentários ninguém o pode prefigurar. Implicarão uma luta corpo-a-corpo com formas ancestrais e modernas, entre lobos e Peugeot 504, entre arados neolíticos e botijas de gás.

[...]

Pensa-se dar maior presença à flora do Nordeste e à geografia física (sem folclorismo), valores essenciais para significação da sua arquitectura telúrica e vitais em face da delapidação irreversível da natureza.

[...]

No filme em questão, vai também incorporar-se uma dimensão vivida por todos nós e vivida in loco nas nossas permanências no nordeste: referimo-nos aos jogos... Aos jogos dos velhos e das crianças, que dialectizam na ponte da vida. A própria magia, obscura, lúdica, rescaldo, será integrada neste poema antiquotidiano e... quotidiano.

Esta dimensão será retomada e constituirá a poesia essencial de outras realizações que, à escala nacional, oportunamente se proporão à Direcção do C.P.C. (Reis, 1974, p. 24-25).

Reis considerava este projecto “um dever histórico”, pois propunha registar para a posteridade “valores de imaginação, valores poéticos, lúdicos, arquitectónicos, de fauna e de flora” da região em causa. Mais do que um projecto antropológico ou etnográfico, o Museu seria um registo vivo do reportório humano, civilizacional e geográfico do Portugal profundo. Mais do que um mero registo documental, Reis queria “recriar” os sons e as imagens do imaginário transmontano: “Dir-me-ás que é falsear o real, mas, no nosso sonho, não pretendemos atingir uma verdade absoluta...” (António Reis cit. in Monteiro, 1974, p. 29-30).

Mesmo sem um manifesto oficial, o projecto do Museu terá começado no CPC com *Vilarinho das Furnas* (1971). O filme realizado e produzido por António Campos, a partir de uma ideia original de Paulo Rocha, tinha sido rodado entre Janeiro de 1969 e Junho de 1970, encontrando-se então numa fase de impasse por dificuldades financeiras

do realizador/produtor. A intervenção do CPC seria decisiva para convencer a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) a atribuir um subsídio que permitiu concluir o filme.

A concretização de *Trás-os-Montes* terá convencido definitivamente João Bénard da Costa – então director do Serviço de Cinema da FCG (1969-1991) – a relançar-se “numa pista antiga e sobre a qual muito falara com os homens da cooperativa [CPC]. A produção de uma série de filmes que dessem conta do Portugal desconhecido que está à espera de nós, de tradições e costumes em vias de desaparecer, mas também de filmes biográficos sobre alguns dos nossos grandes vivos”. Em 1977, alguns anos depois de terminado o acordo de financiamento entre a FCG e o CPC, Bénard da Costa terá aconselhado o Conselho de Administração da FCG a financiar “projectos que eram relativamente *sui generis*”, que “não se destinavam ao circuito comercial e que pudessem genericamente enquadrar-se no espírito do referido Museu de Imagem e Som” (Bénard da Costa, 2007, p. 44).

Fernando Lopes (1985, p. 67) confirma esta intervenção decisiva de Bénard da Costa a favor de “uma ajuda sistemática a esse projecto do Museu da Imagem e do Som.” No início de 1976, o CPC convidou o cineasta Jean Rouch para visionar alguns filmes portugueses e contactar de perto com realizadores portugueses. Sobre esse encontro, o cineasta francês endereçaria uma carta ao CPC onde elogiava as obras particulares de António Reis e António Campos, dois “autores tão secretos e complicados” a quem Rouch apelida de “monstros sagrados” (Jean Rouch cit. in Madeira, 2000, p. 119).

Do acordo firmado entre a FCG e a Associação de Cooperativas e Organismo de Base da Actividade Cinematográfica (ACOBAC) – da qual faziam parte o CPC, a Cinequanon, a Cinequipa e o Grupo Zero –, resultaria uma série de apoios financeiros à produção, directa ou indirectamente enquadrados no projecto do Museu da Imagem e do Som. Entre curtas, médias e longas-metragens: *Falamos de Rio de Onor* (1974, realização e produção de António Campos), documentário acerca de uma aldeia transmontana que reflecte sobre as suas tradições ancestrais; *Júlio de Matos: hospital?* (1974, realizado e produzido por José Carlos Marques), documentário sobre o hospital; *Nós por cá todos bem* (1976, de Fernando Lopes, prod. CPC), filme que mistura actores profissionais e amadores, documentário e ficção, na aldeia natal do realizador (Várzea, Beira Litoral); *Ma femme chamada Bicho* (1976, de José Álvaro de Moraes, prod. CPC), documentário sobre Maria Helena Vieira da Silva; *Máscaras* (1976, de Noémia Delgado, prod. CPC), documentário sobre as festas populares arcaicas no nordeste

transmontano; *Terra de Abril* (1977, de Philippe Constantini, prod. INA/França), documentário sobre as tradições da aldeia de Vilar de Perdizes; *Os bonecos de Santo Aleixo* (1977, de João e Jorge Loureiro, prod. Cooperativa Paz dos Reis), documentário sobre os títeres tradicionais alentejanos ambientado na aldeia homónima; *Gente do Norte ou a história de Vila Rica* (1977, de Leonel Brito, prod. Cinequanon), documentário sobre a comunidade transmontana de Torre de Moncorvo; *Madalena* (1977, de Manuel Costa e Silva, prod. CPC), ambientado no Alentejo; *O construtor de anjos* (1978, de Luís Noronha da Costa, prod. IPC), experiências plásticas em registo *gothic* ambientado em Sintra; *Veredas* (1978, de João César Monteiro, prod. IPC), filme inspirado em contos tradicionais portugueses compilados por Carlos de Oliveira e José Gomes Ferreira; *Goa e Mombasa* (1980, de António Escudeiro, prod. CPC), dois documentários sobre a influência portuguesa no Oriente; *Música Moçambique* (1981, de José Fonseca e Costa, prod. Filmform), registo de um festival de música tradicional moçambicana.

Quem assume este *corpus* é João Bénard da Costa (2007, p. 45-46), apesar de somente *Nós por cá todos bem* e *Ma femme chamada Bicho* incluírem nos seus genéricos a referência ao projecto Museu da Imagem e do Som. Como não se tratava de um projecto formal e concreto, estes e os restantes filmes citados, patrocinados pela FCG, servem apenas de base na definição de um *corpus* fílmico para o Museu da Imagem e do Som. Para além destes, produziram-se neste período diversos filmes que, sem qualquer ligação à FCG, respeitam os princípios orientadores definidos por Reis para o Museu, sem neles se inspirarem declaradamente. Entre eles, destaco: *Festa, trabalho e pão em Grijó de Parada* (1973, de Manuel Costa e Silva, prod. Instituto de Tecnologia Educativa), documentário sobre as tradições ancestrais de uma aldeia transmontana; *Entremês famoso sobre a pesca no rio Minho* (1974, de Luís Galvão Telles, prod. CPC), acerca das relações entre pescadores minhotos e galegos; *Gente da praia da Vieira* (1975, de António Campos, prod. IPC), documentário sobre a vida de uma comunidade piscatória da Marinha Grande; *Cavalgada segundo São João, o Baptista* (1976, de João Matos Silva, prod. Cinequipa e Telecine-Moro), documentário sobre as festas religiosas, populares e tradicionais de Monforte da Beira; *Argozelo: à procura dos restos das comunidades judaicas* (1977, de Fernando Matos Silva, prod. Cinequipa), documentário cuja procura do subtítulo se processa através da memória, dos usos e dos rituais dos habitantes de uma comunidade transmontana; *Areia, Lodo e Mar* (1978, de Amílcar Lyra, prod. Cinequanon), filme sobre a comunidade piscatória

algarvia da Culatra; *Histórias Selvagens* (1978, de António Campos, prod. IPC), ficção que acompanha o quotidiano de um casal com existência precária e deprimente em Montemor-o-Velho. Entre 1979 a 1981 a RTP produziu quatro filmes de Ricardo Costa – incluídos numa série intitulada *O homem montanhês* – onde também se reconhecem os princípios orientadores do Museu: *Castro Laboreiro e Pitões: aldeia do Barroso*, sobre comunidades minhotas; *Ao fundo desta estrada*, sobre a aldeia Videmonte, nos arredores da Guarda; e *Longe é a cidade*, ambientado na aldeia transmontana de Moimenta.

Eduardo Prado Coelho (1983, p. 70) integrou o Museu da Imagem e do Som no momento em que “um sector muito significativo dos trabalhadores de cinema decidiu intervir na recolha de toda uma memória cultural do nosso povo prestes a ser varrida pelos moldes uniformizantes da cultura de massas”. No entanto, para Prado Coelho (p. 71), a “própria designação envolvia um paradoxo”. O complexo “movimento antropológico” desenvolvia-se no ambíguo território que demarca o documental e o ficcional: “este ‘retrata’ uma realidade que já não existe, que nunca existiu, *impossível de existir*, mas retrata-a com a mais implacável das fidelidades. Fidelidade a quê? Diríamos que a uma *visão do mundo*, no sentido mais *visionário* da fórmula, ou, se não tivermos medo da palavra, a uma metafísica (*Ana* será a revelação plena disso)” (Ibidem, p. 72).

De facto, concordo com Prado Coelho quando ele inclui os filmes do Museu num “momento antropológico” singular na história do cinema português. Mais do que um projecto formal e limitado ao patrocínio da FCG, o Museu da Imagem e do Som foi sobretudo uma ideia de cinema, um plano de intenções que marcou diversos realizadores portugueses durante esses anos e que teve obras mais ou menos conseguidas. Independentemente do reconhecimento da generalidade das obras filiadas neste Museu, este “momento antropológico” mostrou uma audácia e uma versatilidade criativa que constituiu uma etapa importante na construção da identidade do cinema português e do Portugal recém-democrático.

Referências bibliográficas

Bénard da Costa, João (2007) – *Cinema Português: Anos Gulbenkian*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema.

Coelho, Eduardo Prado (1983) – *Vinte anos de cinema português 1962-1982*. Lisboa: Centro Nacional de Cultura.

Costa, José Manuel da (1985) – «Jaime». In *Cinema Novo Português 1960-74*. Lisboa: Cinemateca Portuguesa, pp. 128-129.

Lopes, Fernando (1985) – «Centro Português de Cinema». In *Cinema Novo Português 1960-74*. Lisboa: Cinemateca Portuguesa, pp. 58-70.

Madeira, Maria João (org.) (2000) – *António Campos*. Lisboa: Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema.

Monteiro, João César (1974) – «Entrevista a António Reis». In *Cinéfilo*, 20 de Abril de 1974, pp. 23-32.

Reis, António (1974) – «Arquitectura do Nordeste». In *Cinéfilo*, 6 de Abril de 1974, pp. 24-25.

Rocha, Paulo (1991) – «Uma figura luminosa». In *JL – Jornal de Letras e Artes*, 17 de Setembro de 1991, p. 6.